

Desembargador recorre ao CNJ para afastamento de Eliana Calmon

O desembargador Willian Roberto de Campos [recorreu](#) nesta segunda-feira (14/10) da decisão do Conselho Nacional de Justiça, que arquivou representação sua contra a ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça. Sem apresentar novas denúncias, Campos insiste que a [entrevista concedida](#) pela ministra ao jornal *Correio Braziliense* e outros veículos evidenciam “efetiva atividade político-partidária”. Por isso, pede que a corregedoria reanalise os autos constantes da primeira ação.

Elza Fiúza/ABr



Elza Fiúza/ABr

“Acredita-se que o parcial provimento dessa representação solucione de vez o constrangedor problema que atinge toda a magistratura nacional, colocando-a no patamar equalitário no momento em que as agremiações político-partidárias estão sofrendo grande revés”, argumenta o desembargador no recurso ao CNJ.

Campos também sugere ao Conselho uma varredura em sites de busca com os termos "candidatura da Ministra Eliana Calmon". De acordo com o desembargador, a pesquisa irá mostrar "inúmeras manifestações com nítido envolvimento político-partidário".

Nada concreto

Na última quarta-feira (9/10), o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, [arquivou](#) representação de Campos contra Calmon, alegando que os documentos juntados não apresentam “nada em concreto a caracterizar a alegada atividade”. O desembargador pedia a abertura de procedimento administrativo para que a ministra do STJ fosse impedida de prestar declarações político-partidárias.

O pedido tem como base o artigo 26 da Lei Orgânica da Magistratura — que impõe ao magistrado vitalício a perda do cargo em razão do exercício de atividade político-partidária — e o artigo 95, inciso III, da Constituição Federal, que veda ao magistrado o envolvimento em atividades políticas.

Na ocasião, a ministra respondeu à revista eletrônica **Consultor Jurídico**, por meio da assessoria de imprensa, jamais ter se declarado candidata. Alegou ainda que, por não ter se filiado a nenhuma sigla, também não poderia sofrer esse tipo de acusação.

A representação foi motivada principalmente por entrevista em que Calmon revela ter sido procurada por cinco partidos (PPS, PSB, PSDB, DEM e PDT) para que seja candidata ao Senado em 2014, admitindo estar “um pouco empolgada” com a possibilidade de um mandato no Congresso.

Clique [aqui](#) para ler o recurso.

Clique [aqui](#) para ler os documentos juntados à representação.

Date Created

15/10/2013